



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

PA-UM Nº 19/2016

**PARECER ECONÔMICO-FINANCEIRO ANUAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015**

Contrato de Gestão nº 04/2012

Objetos: Museu da Língua Portuguesa

OS: IDBRASIL Cultura Educação e Esporte

Apresentação.....	2
Desempenho econômico e financeiro.....	3
Desempenho quanto à execução do plano de trabalho.....	6
Avaliação da Unidade de Monitoramento.....	9
Anexo: Quadro-síntese dos critérios de avaliação final da UM.....	23



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

APRESENTAÇÃO

O presente Parecer Anual, elaborado pela Unidade de Monitoramento nos termos do Decreto nº 59.046/2013, visa a integrar o sistema de controle interno da Secretaria da Cultura e a apoiar a elaboração do Relatório Anual Conclusivo da Comissão de Avaliação (do qual este Parecer se torna anexo), para posterior envio ao Secretário da Pasta, ao Departamento de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda e ao Tribunal de Contas do Estado.

Dada a importância de que as considerações aqui formuladas sejam conhecidas e sirvam como orientações para o aprimoramento das próximas pactuações e prestações de contas, cópia eletrônica deste Parecer, juntamente com o Relatório da Comissão de Avaliação, será enviada à Unidade Gestora, aos conselhos e aos dirigentes da Organização Social, sendo também disponibilizada no portal Transparência Cultura, atendendo à Lei de Acesso à Informação.

Cabe mencionar que este documento examina aspectos econômico-financeiros e de resultados apresentados pela OS na execução do contrato de gestão, tendo sido elaborado a partir da análise e cotejamento principalmente dos seguintes documentos:

1. Parecer Técnico da Unidade Gestora - UGE (principal fonte de informações para esta análise).
2. Relatório anual de prestação de contas da OS, sobretudo item Quadro Resumo.
3. Relatório gerencial de orçamento previsto x realizado e planilha de municípios, anexos da prestação de contas entregue pela OS.
4. Pareceres da Unidade de Monitoramento de 2014 (base de comparações com 2015).
5. Planilha do Índice de Transparência obtida por meio de avaliação dos sites em 2014 e 2015.
6. Relatórios das 60 visitas de campo realizadas pela UM em 2015 aos objetos contratuais e às sedes das OS, contemplando todos os contratos de gestão.
7. Documento "Política Cultural da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo" constante das convocações públicas para celebrar contratos de gestão e divulgado no portal Transparência Cultura e referência para os primeiros indicadores de resultados finalísticos.

O documento está dividido em Apresentação; Seção I - Desempenho econômico e financeiro; Seção II - Desempenho quanto à execução do plano de trabalho; e Considerações Finais, seção que traz a avaliação da UM sobre a documentação verificada e sobre o desempenho da OS na execução do contrato de gestão.

Os cálculos comparativos entre as realizações de 2015 e 2014 (realizado 2015 comparado ao realizado 2014 = R/R) e entre o previsto e o realizado (realizado 2015 em relação ao previsto 2015 = R/P) foram efetuados pela UM, a partir das fontes citadas, sejam os relatórios da Organização Social ou o parecer técnico da Unidade Gestora. Para o cálculo foi utilizada divisão simples, de modo que os valores abaixo de 100% representam execução inferior à do ano anterior ou inferior à meta prevista, enquanto que valores acima de 100% indicam execução superior à do ano anterior ou superior à realização prevista.

Eventuais solicitações de complemento documental, na ocorrência de documentos não entregues e/ou demandas não esclarecidas durante o período de exame da documentação, bem como outras recomendações consideradas necessárias, estão distribuídas ao longo do Parecer. Para atender a essas solicitações, a OS deverá incluir seção "Manifestação em resposta ao Parecer da Unidade de Monitoramento referente ao exercício 2015" no próximo Relatório Trimestral de 2016 (após a apresentação e antes das informações referentes ao cumprimento das metas), a ser entregue de acordo com o Cronograma Anual 2016. Dúvidas poderão ser esclarecidas pelo endereço eletrônico monitoramento.cultura@sp.gov.br. Por meio desse mesmo e-mail, a OS poderá, se quiser, enviar sugestões, críticas e outras informações que julgar necessárias.

Salientamos, por fim, que nossa verificação deverá ser complementada e aprofundada pela análise mais apurada das demonstrações contábeis e devidas comprovações pelos demais órgãos de fiscalização do Estado (Secretaria da Fazenda e Tribunal de Contas do Estado).

Cabe observar que o Museu da Língua Portuguesa sofreu uma grande tragédia em **21/12/2015**, ocasionada por um incêndio que destruiu a maior parte de suas instalações e da área tombada da estação da Luz onde está localizado, e que resultou na morte do bombeiro civil do museu, Ronaldo Ferreira da Cruz. Dada a gravidade do acidente, é fundamental que todas as apurações sejam cuidadosamente feitas para dar satisfação à sociedade e incorporadas, como registro, aos autos do contrato de gestão. Por sua vez, é também de grande importância dar sequência às providências para recuperação do patrimônio histórico destruído e para reconstrução do Museu, possivelmente no mesmo local, a depender da decisão dos órgãos de tombamento, quanto à viabilidade desse retorno. No período em que projeto e obras estiverem em andamento, o relacionamento do Estado com a OS gestora deverá focar o recebimento e uso correto dos recursos do seguro contra incêndio, bem como o desenvolvimento do convênio celebrado com ela e a Fundação Roberto Marinho, para reconstruir o Museu. Recomendamos que o aporte de recursos seja consideravelmente reduzido e, caso a Unidade Gestora considere conveniente manter outras atividades para além do restauro e do convênio, que reúna consistentes justificativas e detalhada previsão de orçamento e resultados, a fim de zelar pelos recursos e interesse públicos, especialmente no atual contexto de crise financeira que vivenciam a Nação e o Estado.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

I. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A fim de verificar o desempenho econômico financeiro da Organização Social na execução dos recursos atrelados ao contrato de gestão, apresentamos a seguir as principais receitas e despesas (em valores nominais), buscando avaliar a eficácia no uso dos recursos – previsto (P) x realizado (R).

1) RECEITAS DO CONTRATO DE GESTÃO

Item de Receita	2014	2015		Variação	
	(Realizado')	(Previsto)	(Realizado)	Realizado/Realizado'	Realizado/Previsto
a) Repasses	8.715.000	6.695.750	6.695.750	77%	100%
b) Captação	1.353.738	1.689.470	1.722.384	127%	102%
- operacional	-	732.000	798.689	-	109%
- incentivada	-	957.470	923.695	-	96%
c) Receitas Financeiras	210.668	-	327.422	155%	-
d) outras (saldo do ano anterior)	-	1.157.110	735.490	-	64%
e) Total (a+b+c+d)	10.279.406	9.542.330	9.481.046	92%	99%

Fonte: Relatório Gerencial de Orçamento Previsto x Realizado

OBSERVAÇÕES:

Em virtude da grave crise financeira que se abateu sobre o país, foi realizado um aditamento redutivo em 12 de maio de 2015 (4º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 04/2012), com diminuição de 4% dos valores de repasse originalmente previstos (de R\$ 6.945.750,00 para R\$ 6.695.750,00).

Segundo 4º TA, dos R\$6.695.750, R\$5.865.750,00 foram efetivamente repasse, onerando a rubrica 13.391.1214.5732.0000 no item 33.90.39-75, do exercício de 2015. O restante, R\$830.000, foi proveniente do saldo remanescente do exercício de 2014 do Contrato de Gestão e destinado a compor o orçamento de 2015.

Restou a dúvida sobre o item “d)outras (saldo do ano anterior)”, uma vez que a OS apresentou no valor de repasse R\$830 mil relativo ao exercício anterior e sua planilha orçamentária traz nas linhas “6 Saldo do exercício 2014 (meta 15)” e “7 Saldos de exercícios anteriores” os montantes R\$616.258 e R\$119.232 respectivamente, compondo os R\$735.490 apresentados no quadro acima. Trata-se de outro saldo para além dos R\$830 mil?

A redução do valor do repasse reflete-se no quadro acima, como pode ser observado na variação de 77% no valor de repasse entre 2014 e 2015. Apesar disso, a OS conseguiu equacionar suficientes recursos para as realizações previstas no ano. Infelizmente, o grave incêndio ocorrido em dezembro alterará drasticamente as próximas perspectivas. Segundo o Parecer da UGE, “o cenário de redução orçamentária de 2015 impactou a área museológica como um todo, demandando esforços na gestão operacional e na realização da programação cultural” (p. 30).

RECOMENDAÇÕES:

Dada a necessidade de reconstrução do Museu em contexto de grave crise, a OS deve empenhar-se pelo desenvolvimento de um plano de desenvolvimento institucional que considere a alocação de diversificadas fontes de receitas, não só por meio de patrocínio, mas também mediante parcerias, doações de pessoas físicas e jurídicas e outras. Por sua vez, a previsão de receitas financeiras do repasse deverá ser alinhada à série histórica para esse tipo de receita.

SOLICITAÇÕES:

Que a OS apresente no próximo relatório anual explicação para a dúvida levantada.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

2) DESPESAS ATRELADAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

a) Recursos Humanos

Item de Despesa	2014		2015		Variação	
	(Previsto)	(Realizado)	(Previsto)	(Realizado)	Realizado/Realizado'	Realizado/Previsto
Recursos Humanos (R\$)	4.476.550	4.059.644	4.729.000	4.181.026	103%	88%
Dirigentes (R\$)	373.707	334.062	388.000	366.239	110%	94%
Total despendido com RH/Repasse	*	47%	71%	62%	-	-
Total despendido com dirigentes/Repasse	*	4%	6%	5%	-	-
Número de empregados CLT (em 31/12)	sem previsão	66	sem previsão	61	92%	-
Data da ata de aprovação do manual de Rh (e última alteração) pelo Com. de Adm.	*	*	sem previsão	29/04/2009	-	-

Fonte: Quadro resumo preenchido no relatório de prestação de contas da OS, avalizado pela UGE.

*Não solicitado no PA UM 2015 ref. 2014.

OBSERVAÇÕES: Os valores despendidos com o total de recursos humanos e aqueles despendidos exclusivamente com dirigentes estiveram abaixo do percentual definido em contrato de gestão como limite para despesas dessa natureza, a saber: 68% do repasse para o total de RH e 07% do total de repasses exclusivamente para diretoria.

RECOMENDAÇÕES: Unidade Gestora e OS devem estar atentas à necessidade de rever expressivamente o quadro de recursos humanos deste contrato de gestão, tendo em vista a descontinuidade do conjunto global de realizações, ocasionada pelo incêndio e conseqüente fechamento do Museu. As permanências que forem definidas deverão estar associadas a um plano de ações detalhado e bem equacionado, que indique as ações de interesse público que estarão em desenvolvimento no período de fechamento do equipamento cultural. A exemplo do que foi feito no Museu da Imigração e no Museu Casa de Portinari, entre outros, não é recomendável que sejam cessadas todas as ações culturais do Museu no período de obras, sobretudo se este for longo, para evitar prejuízo à população beneficiária das atividades desenvolvidas, com destaque para o público escolar e do interior / litoral. No entanto, o redimensionamento deverá considerar os efeitos da grave crise econômica e financeira pela qual passa o país e as demais prioridades culturais da Pasta. Por sua vez, recomenda-se que o Conselho de Administração da OS verifique a pertinência de rever seu manual de recursos humanos, tendo em vista o mesmo já estar em utilização há 7 anos e de ter sido publicado em 2016 referencial de boas práticas sobre o tema pela Unidade de Monitoramento no Portal Transparência Cultura. Especialmente o plano de cargos e salários deverá estar atualizado e ajustado à nova conjuntura econômica e financeira.

b) Principais Despesas com Pessoas Jurídicas

Item de Despesa	2014	2015		Variação	
	(Realizado)	(Previsto)	(Realizado)	Realizado/Realizado'	Realizado/Previsto
Vigilância / portaria / segurança	1.297.564	1.422.900	1.365.110	105%	96%
Limpeza	265.861	296.085	299.884	113%	101%
Jurídica	72.394	89.100	82.912	115%	93%
Auditoria	33.580	36.300	30.320	90%	84%
Administrativa/RH	-	30.000	22.772	-	76%
Contábil	-	49.400	40.827	-	83%

Fonte: Relatório Gerencial de Orçamento Previsto x Realizado da OS



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

OBSERVAÇÕES: Seguindo o determinado no contrato de gestão e seus anexos, apenas variações superiores a 25% (para mais ou para menos) demandam justificativa detalhada, pois a OS tem margem de remanejamento para assegurar a mais eficiente gestão dos recursos, desde que sejam cumpridas todas as metas pactuadas com a qualidade requerida (a ser atestada pela Unidade Gestora).

c) Utilidades Públicas

Item de Despesa	2014	2015		Variação	
	(Realizado)	(Previsto)	(Realizado)	Realizado/Realizado'	Realizado/Previsto
Utilidades Públicas (água, telefone, internet, energia)	290.795	340.000	430.533	148%	127%

Fonte: PA UM 2015 ref 2014 e Relatório Gerencial de Orçamento Previsto x Realizado 2015

OBSERVAÇÕES: Em nota de esclarecimento, a OS informa que: "apesar do esforço de econômica com energia elétrica de 6% no consumo, o valor unitário kWh médio praticado para o MLP em 2015 foi de R\$ 0,4459 e em 2014 foi de R\$ 0,26970, portanto um aumento de 60% que extrapolou a previsão de reajuste contida no orçamento". Verifica-se, de fato, aumento das despesas com utilidades públicas nesse exercício com relação ao ano anterior e em relação ao previsto. Tal elevação pode ser justificada pelo aumento das tarifas de energia e água decorrentes da crise hídrica.

RECOMENDAÇÕES: Que a UGE pautar os projetos básicos e executivos de restauro da edificação e de reconstrução e implementação de nova museografia pelas diretrizes de sustentabilidade ambiental e social, incluindo retrofit, uso responsável de recursos naturais e automação predial, entre outras possíveis ações visando à redução do consumo de água, energia e materiais, considerando ainda a elaboração de um futuro programa de manutenção predial, conservação preventiva e máxima segurança, que minimize ao máximo riscos e desperdícios, e que contribua para a busca de sustentabilidade e para reduzir as despesas correlatas, além de avançar no compromisso pactuado pelo Governo do Estado de São Paulo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU).

d) Programas

Item de Despesa	2015		Variação
	(Previsto)	(Realizado)	Realizado/Previsto
Programa de Edificações: Conservação, Manutenção e Segurança	421.155	408.720	97%
Programa Edificações/Repasse	6%	6%	-
Programas de Trabalho Área Fim	-	-	-
Programa de Acervo: Conservação, Documentação e Pesquisa	134.000	70.573	53%
Programa de Exposições e Programação Cultural	1.233.610	1.284.419	104%
Programa de Serviço Educativo e Projetos Especiais	126.200	118.752	94%
Programa de Ações de Apoio ao SISEM - SP	15.000	3.502	23%
Programa de Comunicação e Imprensa	24.600	1.415	6%

Fonte: Relatório Gerencial de Orçamento Previsto x Realizado da OS

OBSERVAÇÕES: Segundo notas de esclarecimentos da OS, quanto ao programa de **acervo**, para fazer frente ao aumento de custo das lâmpadas por conta de oscilação de alta de dólar americano de 45% no ano de 2015 e no pico (24/09/15) de 56%, ao longo do ano as atividades de restauro em grande parte foram absorvidas pela equipe interna. Quanto ao programa de **comunicação e imprensa**, foi utilizada a mão de obra interna para fazer ajustes necessários no site, gerando economia para utilizar em outras fontes. Sobre o programa de ações de apoio ao **SISEM-SP**, o transporte e a montagem das mostras do SISEM 2015 foram custeados pelas respectivas prefeituras, pois já dispunham da logística necessária, diminuindo desta forma os custos com a itinerância. A UGE não se manifestou especificamente sobre esse item, informando que, de modo geral, verificou equilíbrio entre as receitas e as despesas atreladas ao contrato de gestão (p. 31 do parecer anual da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

UPPM). Por sua vez, segundo a Unidade, as variações a menor com relação ao previsto decorrem de otimização de recursos, tendo as metas de todos os programas supracitados sido cumpridas integralmente. Com relação ao programa de edificações, as despesas realizadas foram compatíveis com o previsto, seguindo limite mínimo pactuado em contrato de gestão (6% do repasse – 3º TA, p. 43).

RECOMENDAÇÕES: É importante OS e UGE acompanharem cuidadosamente as despesas, visando a ajustar a previsão em caso de eventual sub ou superdimensionamento, bem como evitar opções que comprometam a qualidade dos resultados previstos.

e) Receitas e Despesas

Receitas e Despesas	2014	2015		Variação	
	(Realizado)	(Previsto)	(Realizado)	Realizado/Realizado'	Realizado/Previsto
Receitas Totais	10.518.769	9.542.330	9.481.046	90%	99%
Despesas Totais + Provisões	7.523.708	9.542.330	8.742.983	16%	92%
Receitas - Despesas	2.995.061	-	738.063	-	-

Fonte: Relatório Gerencial de Orçamento Previsto x Realizado da OS, anos 2014 e 2015.

OBSERVAÇÕES: A redução orçamentária com relação ao ano de 2014 decorreu da crise financeira e já foi comentada em item anterior.

3) INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

INDICADORES	2014	2015
Índice de liquidez seca	1,00	1,00
Relação entre despesas áreas meio/fim	*	0,23
Relação entre receitas/despesas	1,00	1,00
Parecer da Auditoria Independente KPMG	Aprovado	Aprovado
Deliberação sobre prestação de contas pelo Conselho Administrativo	Aprovado	Aprovado
Data da ata de aprovação do Manual de Compras (e de sua última alteração) pelo Conselho Administrativo	*	23/03/2010

Fonte: Quadro resumo preenchido no relatório de prestação de contas da OS, avaliado pela UGE.

* Informação não avaliada no PA UM 2015 ref. 2014.

OBSERVAÇÕES: Os indicadores acima apresentados contribuem para confirmar a saúde financeira do contrato de gestão. Cabe lembrar que todas as informações apresentadas são de responsabilidade da Organização Social e que, dentro dos limites possíveis, as verificações da Unidade Gestora e da Unidade de Monitoramento não encontraram indícios de irregularidade ou não-conformidades.

II. DESEMPENHO QUANTO À EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Para verificar o desempenho da Organização Social quanto à execução contratual no exercício de 2015, foram escolhidas as metas abaixo, a título de amostragem das realizações mais significativas, considerando o plano de trabalho anual pactuado e a contribuição para um resultado estratégico definido pela Secretaria da Cultura que constou das convocações públicas das OSs (na perspectiva de ampliação do acesso da população e ampliação das ações no interior e litoral do Estado). Esse resultado recentemente foi também divulgado no documento "Política Cultural da Secretaria da Cultura do Estado de SP – versão 2016" (disponível em: <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/2016.01-Pol%C3%ADtica-Cultural-da->



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

[SEC-SP.pdf](#)), visando a promover realizações que assegurem: “cidadãos com acesso pleno, em todo o Estado, aos programas, grupos artísticos e equipamentos culturais, em toda a sua diversidade”.

1) RESULTADOS ALCANÇADOS

PRINCIPAIS RESULTADOS	2014		2015		Variação	
	Previsto'	Realizado'	Previsto	Realizado	Realizado/Realizado'	Realizado/Previsto
Exposições temporárias e itinerantes *	2	10	2	5	50%	250%
Eventos programação cultural **	19	20	16	19	95%	119%
Público educativo ***	41.270	38.706	32.807	36.548	94%	111%
Público presencial ****	330.000	352.565	330.000	303.390	86%	92%

* 2014 - Ações 5 e 33; 2015 - Ações 6, 31 e 44. ** 2014 - Ações 6, 8, 9, 10 e 11 (não foram considerados eventos e atividades do programa educativo e SISEM); 2015 - Ações 7, 9, 10, 20, 23, 25, 26, 29 e 30 (considerar eventos e atividades do programa educativo e SISEM). ****2014 e 2015 - Ações 16,17,21 e 22. **** 2014 e 2015 - Ação 12.

Fonte: Quadro resumo preenchido no relatório de prestação de contas da OS, avaliado pela UGE.

OBSERVAÇÕES: De acordo com a UGE, todas as ações foram desenvolvidas com eficácia, alcançando os objetivos previstos. As metas das ações nº 20 e 22 foram parcialmente cumpridas no trimestre, e tiveram suas metas anuais cumpridas e superadas. Já as metas das ações nº 25 e 28, não foram cumpridas nesse trimestre por terem sido antecipadas para o 3º trimestre. Em relação às metas das ações nº 16, 17 e 21, superadas no trimestre, a UGE acatou as justificativas enviadas pela OS. Cabe, ainda, ressaltar que todas as metas anuais foram cumpridas, de acordo com ela, segundo a qual, ao longo do ano, a OS concentrou esforços na realização das ações previstas, buscando a otimização e o bom uso dos recursos públicos, trabalhando numa postura ativa junto ao agendamento e na busca de novas parcerias e estratégias para o cumprimento das ações previstas no programa. Vale notar que mesmo não atingindo 100% do previsto, a meta de público foi considerada cumprida pela Unidade Gestora.

2) EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

CUMPRIMENTO DO PLANO DE TRABALHO	2014		2015		ICM*	
	Previsto'	Realizado'	Previsto	Realizado	2014 Previsto/Realizado	2015 Previsto/Realizado
Nº de ações com metas	41	37	40	38	90%	95%
Nº metas condicionadas	22	3	55	1	14%	2%
Nº de ações com metas não executadas com justificativa aceita pela UGE	**	4	-	2	-	-

* ICM = índice de cumprimento de metas (considerando, no “realizado”, apenas as metas integralmente cumpridas, ou seja, com cumprimento igual ou maior que 100%).
** Não avaliado no PA UM 2015 ref 2014.

Fonte: Quadro resumo preenchido no relatório de prestação de contas da OS, avaliado pela UGE.

OBSERVAÇÕES: A execução contratual do exercício 2015 foi mais bem-sucedida que a do ano anterior, indicando provável melhor planejamento e maior empenho em relação ao previsto. O índice de eficácia desse contrato de gestão (considerado equivalente ao índice de cumprimento das metas, a partir da correlação previsto x realizado) em 2016 foi de 95%.

RECOMENDAÇÕES: A previsão e busca de realização de metas condicionadas, sobretudo em períodos de crise, é muito importante, na medida em que a redução dos recursos para as parcerias com Organizações Sociais tende a inviabilizar a adequada alocação de montantes para todas as realizações previstas. Ademais, essa previsão denota esforço meritório de planejamento e agilidade (já prever e deixar pré-aprovadas metas condicionadas a recursos adicionais) e de busca de sustentabilidade.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

3) INDICADORES DE DESEMPENHO DAS AÇÕES VINCULADAS AO PLANO DE TRABALHO

a) Informações da Unidade Gestora (2014) e dados apurados pela UM *:

	2014	2015
Realizou pesquisa de perfil e satisfação de público (Sim/Não)	Sim	Sim
Índice de satisfação do público com a programação cultural (%) **	86%	100%
Contribuiu para descentralização das ações culturais (Sim/ Não) ***	Sim	Sim
Cumpriu as rotinas e obrigações contratuais (Sim/Não/Parcial)	Sim	Sim****
Avaliação da prestação de contas (Satisfatório, Regular, Regular com ressalva, Insatisfatório)	Aprovado	*****

Fontes: Quadro resumo preenchido pela UGE(2014), Parecer Técnico UGE (2015).

* A Unidade Gestora não preencheu o quadro acima para o ano de 2015, tendo a informação sido verificada pela Unidade de Monitoramento.

** Ocorreu a soma das opções “ótimo” e “bom” da pesquisa que foi apresentada na Prestação de Contas Anual (p. 82 do Relatório da OS).

*** Esse item diz respeito aos esforços para ampliar a oferta e fruição dos resultados culturais pelo Estado. A partir da planilha de municípios, criada pela UM para preenchimento por todas as OSs parceiras da SEC, foi possível verificar que as ações *in loco* do contrato de gestão em exame atingiram a 7 municípios.

**** De acordo com o relatório da Unidade Gestora, as rotinas e obrigações contratuais foram devidamente cumpridas (p. 31 do Parecer anual da UPPM).

***** A UPPM utilizou a classificação “satisfatoriamente” e “aprovado” em seu parecer (p. 32 do Parecer anual da UPPM).

RECOMENDAÇÕES: Dada a importância das pesquisas de satisfação para a obtenção de parâmetros qualitativos de análise dos serviços culturais oferecidos à população, recomendamos que, caso os próximos planos de trabalho incluam atividades voltadas ao público, eles também prevejam a realização de pesquisa com metodologia previamente aprovada pela Unidade Gestora e com a apresentação dos indicadores de satisfação obtidos de forma estruturada e sistematizada. Registramos ainda a importância de que, nos próximos pareceres anuais, a Unidade Gestora se posicione explicitamente com relação a todos os pontos de verificação solicitados, para assegurar a correta e ágil análise dos resultados fins, de modo a que a UM possa ater-se à verificação da correlação destes com a execução orçamentária e financeira.

b) Índice de Transparência (IT)

OS: IDBRASIL Cultura Educação e Esporte	2014	2015	Varição 2015/2014
Site: Museu da Língua Portuguesa – pontuação no IT	8,80	8,10	92%
Média das OS parceiras da SEC no IT	8,32	8,51	102%

Fonte: Planilha Índice de Transparência UM / SEC SP

OBSERVAÇÕES: Até 2014, o Índice de Transparência nos Sites era calculado com base na pontuação aferida no último trimestre do ano. A partir de 2015, passou a valer a média dos 4 trimestres, dada a importância de manter os requisitos de transparência ao longo de todo o exercício. No caso observado, apesar da queda, o site do Museu da Língua Portuguesa manteve-se na categoria “transparência satisfatória”, evidenciando a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

razoável performance da OS na viabilização de acesso à informação correspondente a esse contrato durante todo o ano.

RECOMENDAÇÕES: Que a OS envide esforços para assegurar a máxima transparência na disponibilização das informações requisitadas, a fim de atender o interesse público, o contrato e a legislação. Vale observar que, a depender dos itens que descumprir, à OS estará sujeita às sanções contratuais previstas, sem prejuízo de outras eventuais penalidades e consequências.

c) Visitas de campo

Ao longo de 2015 foram realizadas 60 visitas de campo pela Unidade de Monitoramento. Relacionada especificamente ao CG 04/2012, foi realizada uma visita em 06/05/2015. Os principais pontos dessa visita foram a verificação das instalações, exposição e público. Em que pese a ausência de profissionais especialistas do assunto na Unidade de Monitoramento, cabe observar que não foram constatadas, nessa visita, evidências de irregularidades nas instalações ou manutenção, nem quaisquer sinais de problemas de infraestrutura.

III. AVALIAÇÃO DA UNIDADE DE MONITORAMENTO

Em relação às receitas e despesas vinculadas à execução do CG 04/2012 em 2015, foi possível verificar que:

- Os índices econômico-financeiros bem como as opiniões emitidas pela auditoria independente em seu parecer e pelo Conselho Administrativo sobre a prestação de contas da OS evidenciam regularidade.
- As receitas foram da ordem de R\$ 9.481.046,00, 70,6% proveniente de repasses da SEC à OS, 18,2% foi resultado dos esforços da Organização para captação, 3,5% provenientes de receitas financeiras, e 7,8% referentes a saldo de anos anteriores.
- As despesas de 2015 atingiram 92% do previsto, totalizando R\$ 8.742.983,00. Esse montante variou negativamente 16% em relação às despesas do ano anterior, em valores nominais, o que evidencia a situação geral de crise econômica que atingiu o país em meados de 2015 e que se perpetuou até a conclusão desse parecer. As maiores variações com relação à previsão foram relativas a: Administrativa/RH: 76%; Utilidades Públicas: 127%; Programa de Acervo: 53%; Programa de Ações de apoio ao SISEM: 23%; e Programa de Comunicação e Imprensa: 6%. A Unidade Gestora considerou satisfatórias as justificativas da Organização Social, não apresentando demandas adicionais ou sanções.
- O quadro de funcionários apresentou redução de 8% com relação a 2014.

Com relação aos programas previstos no plano de trabalho, verificou-se que:

- As 2 metas não atingidas integralmente tiveram justificativa acatada pela UGE.
- Com relação ao exercício anterior, houve aumento de 3% nas ações e queda de 14% no público, conforme quadro dos principais resultados alcançados.
- Houve cumprimento de apenas 1 das 55 metas condicionadas aprovadas.
- As variações orçamentárias não impactaram a execução das ações apresentadas no plano de trabalho, de acordo com a OS e a Unidade Gestora, tendo a realização representado 95% do previsto.

A seguir, apresentamos os primeiros resultados dos recentes estudos e esforços desenvolvidos pela Unidade de Monitoramento, visando a aprimorar a avaliação realizada.

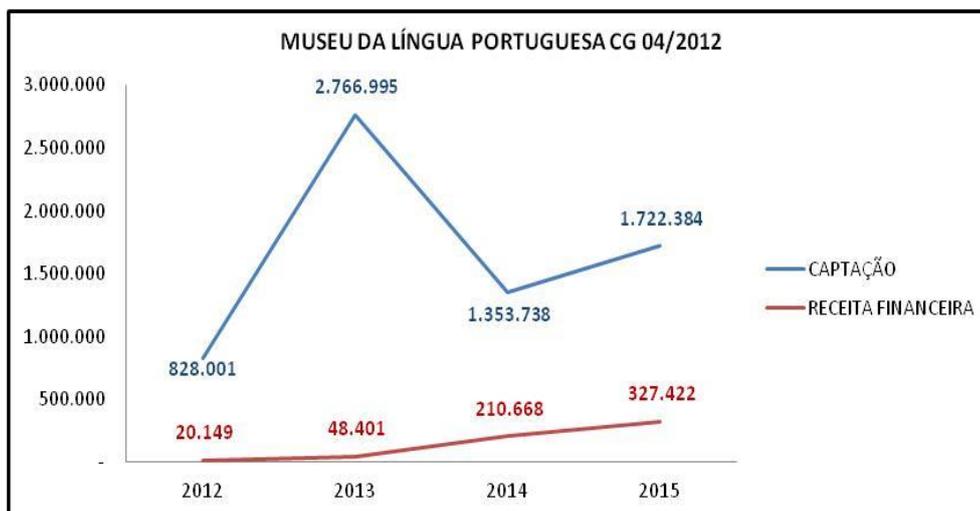
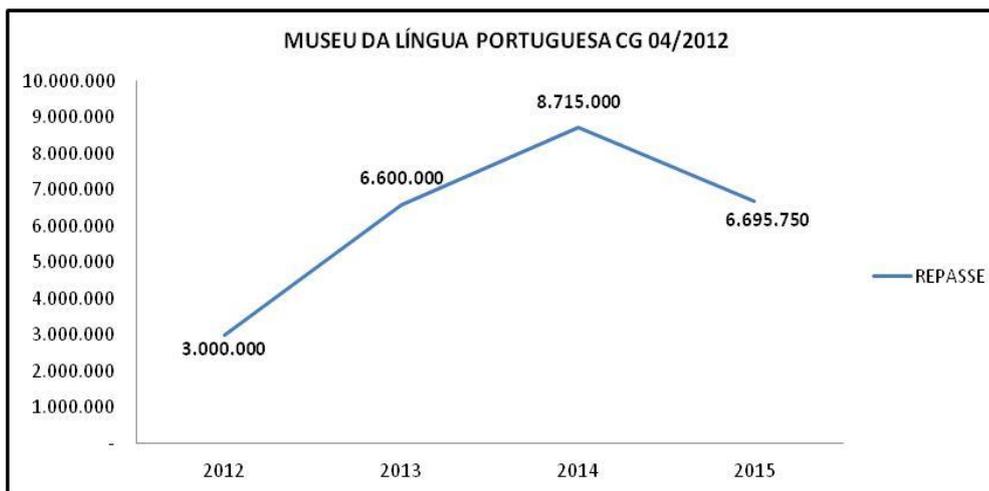


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

1. Evolução histórica dos recursos financeiros e principais resultados do contrato de gestão

a) Evolução histórica dos recursos financeiros

Em linhas gerais, verificamos que o comportamento dos repasses, captação e receitas financeiras nos últimos cinco anos foi:



Como se pode observar, 2015 rompeu a tendência histórica de elevação de repasses públicos para este contrato de gestão, que estava associada ao fato de que ele teve início em patamares consideravelmente abaixo dos recursos necessários para viabilizar todas as ações previstas para esse equipamento cultural, de acordo com a política cultural da SEC. A redução está associada ao corte de recursos para a área da Cultura, decorrente da crise financeira. Em contrapartida, houve ampliação de captação de recursos por parte da OS, com relação ao exercício anterior.

Registramos nossa preocupação com a potencial inviabilidade de continuidade das ações com os necessários requisitos de qualidade, segurança e observância de todos os requisitos técnicos e legais, em função da diminuição de recursos. Se por um lado, a OS deve observar rigorosamente a pactuação firmada, de outro é forçoso reconhecer que sucessivas reduções de recursos põem em risco o projeto cultural dos equipamentos e programas do Estado geridos na parceria em análise. Nesse sentido, cabe ainda menção à dificuldade de captação de recursos

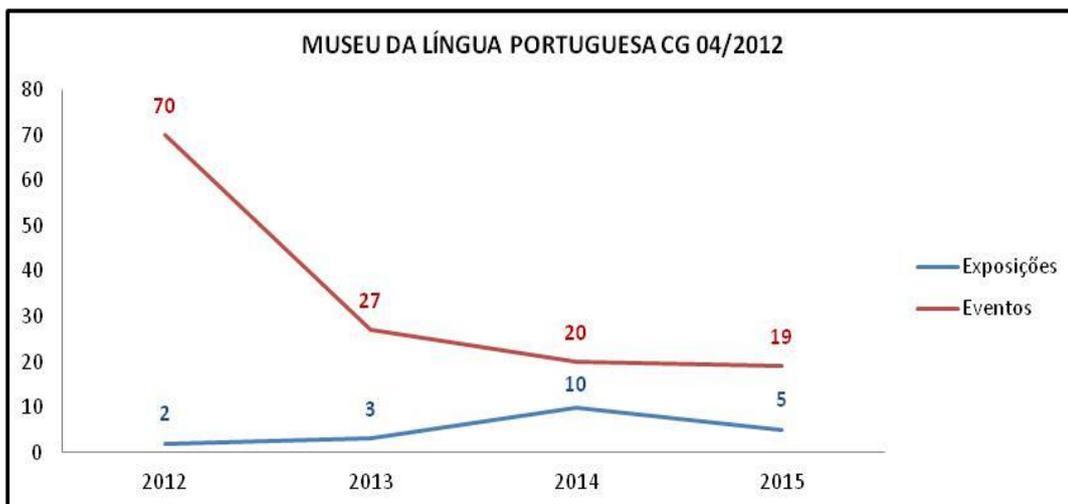


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

observada no período (pois a crise afeta a todos) e que se assemelha a empreitadas equivalentes na área cultural em todo o Estado.

b) Evolução histórica dos principais resultados do contrato de gestão: ações e públicos

Em decorrência da crise financeira pode-se observar redução tanto nas atividades do MLP quanto no total de público, com queda de 24% com relação ao ano de 2014:



Vemos acima ainda que o público educativo de 2015 ficou 6% abaixo do de 2014, mas superou em 11% a meta prevista. A meta do ano anterior havia sido superada em proporção semelhante, de modo que é sugerida revisão da meta levando em conta a real capacidade da OS para atração desse tipo de público.

O exame das séries históricas das realizações acima apresentado, além de sinalizar a eficiência do contrato de gestão no cumprimento das metas propostas, é importante, sobretudo, para a verificação da efetividade dos esforços do contrato de gestão em direção ao resultado estratégico da Política Estadual de Cultura que busca assegurar: “cidadãos com acesso pleno, em todo o Estado, aos programas, grupos artísticos e equipamentos culturais, em toda a sua diversidade”, conforme previsto na Política Cultural da Secretaria que compreende o conjunto de diretrizes da SEC para os contratos de gestão com as organizações sociais.



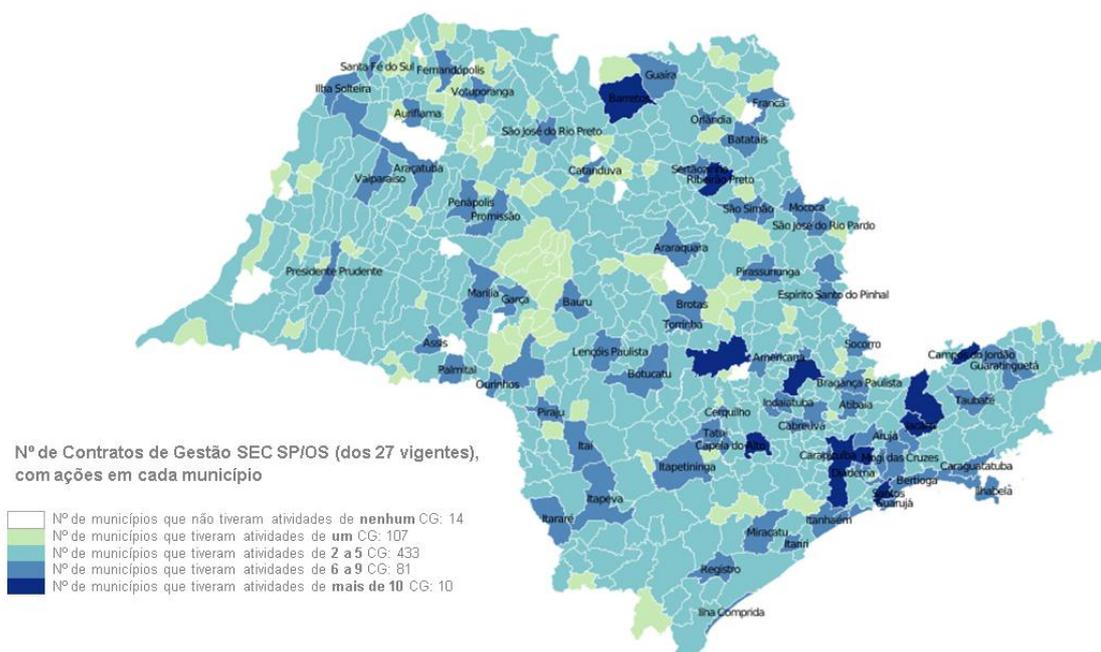
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

c) Evolução histórica dos principais resultados do contrato de gestão: cobertura territorial

Além de analisar a evolução de público, avançando no intuito de melhor verificar a contribuição de cada contrato de gestão para atingir o resultado estratégico da Política Estadual de Cultura citado, a Unidade de Monitoramento criou uma planilha para indicação dos municípios que receberam atividades in loco, e que foi preenchida pelas Organizações Sociais. A partir dessa planilha, considerando que as informações nela prestadas são de responsabilidade das OSs e que a Unidade de Monitoramento não atua no acompanhamento das ações fins, foi possível traçar o mapa de cobertura das ações da SEC no território estadual realizadas em parceria com OSs de Cultura no ano de 2015.

Assim, o primeiro mapa evidencia o total de municípios atingidos diretamente, somando ações de todos os contratos de gestão. O segundo permite verificar o comportamento das ações da área fim à qual está vinculado o contrato de gestão em exame (museus), e o terceiro traz o total de municípios beneficiados por ações ligadas a esse mesmo contrato de gestão. Dessa forma, é possível visualizar a contribuição obtida em 2015 sob vários ângulos: no que diz respeito ao previsto x realizado (indicado na tabela de “Resultados Alcançados” – item II.1 deste Parecer); na comparação com o conjunto de iniciativas realizadas pelo total de OSs e, mais especificamente, com as ações de circulação / itinerância da área fim do objeto contratual, e na verificação do desempenho específico desse contrato de gestão pelo Estado:

Atuação da SEC em parceria com as OS no Estado de São Paulo em 2015



Fonte: Mapa construído pela Unidade de Monitoramento/SEC com base nos dados informados pelas Organizações Sociais na prestação de contas referente ao ano de 2015.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

justamente nas regiões de maior densidade populacional do Estado (caso, por exemplo da Região Metropolitana de São Paulo, que conta com 20, 2 milhões dos 42,6 milhões de habitantes do Estado, e da RM de Campinas, onde estão 6,5 milhões, segundo dados do boletim Radar Regional da Fundação SEADE, de maio/2016).

Dentre os municípios beneficiados, 26,3% (169 municípios) receberam ações de organizações sociais atuantes na área de museus. O contrato de gestão em exame foi responsável por realizar ações em 7 municípios paulistas, o que corresponde a 4,14% do total de cobertura da área de museus (UPPM), perfaz 1,10% da atuação promovida in loco pelo conjunto dos contratos de gestão no Estado e representa um índice de cobertura territorial paulista de 1,09%.

Para além do número de municípios beneficiados, é necessário considerar o público atingido tanto em termos de população local com acesso às ações culturais promovidas, como no que diz respeito ao incremento à qualificação/intercâmbio e atuação dos profissionais locais ligados à área cultural e à movimentação na economia regional que as ações de circulação dos programas culturais promovem.

Ao dar continuidade aos esforços de ampliação de público e realizar ações em 7 municípios paulistas, o contrato de gestão firmado com o ID Brasil demonstrou sua contribuição para a política cultural da SEC de ampliação do acesso da população em todo o Estado. Por sua vez, os dados examinados comprovam a eficácia da execução contratual em 2015, com cumprimento da quase totalidade das ações previstas na íntegra, porém sinalizam a necessidade de maior esforço de planejamento e de ampliação da participação de receitas acessórias na composição de recursos do contrato de gestão, mediante maior captação de recursos.

2. Remuneração de recursos humanos - CLT

Para tornar mais qualificadas as análises de eficiência e economicidade dos contratos de gestão, a Unidade de Monitoramento procedeu a um exame mais detalhado das despesas com recursos humanos, visto que elas correspondem, em média, a 60% do total de despesas de cada pactuação, podendo chegar a percentuais ainda mais expressivos. Foram verificados todos os relatórios analíticos de RH, contendo nomes, cargos e salários.

Para simplificar os agrupamentos, foram criadas 10 faixas de remuneração, e os funcionários celetistas foram distribuídos de acordo com a posição de seus salários nominais nessas faixas, considerando-se ainda a distribuição por sexo (homem ou mulher), com a mesma classificação censitária do IBGE, e usando como base o Relatório Analítico de Recursos Humanos. Não foram objeto deste levantamento as distinções de identidade de gênero ou orientação sexual.

Essa distribuição permitiu verificar como a massa salarial está repartida pelas diversas faixas nos contratos de gestão, bem como estabelecer comparativos entre os diferentes contratos. Esse estudo comparativo permitiu a apresentação dos gráficos que se seguem, trazendo a distribuição do total de celetistas dos 27 contratos de gestão vigentes em 2015, dos contratos de gestão da área fim (museus) e especificamente deste contrato de gestão:

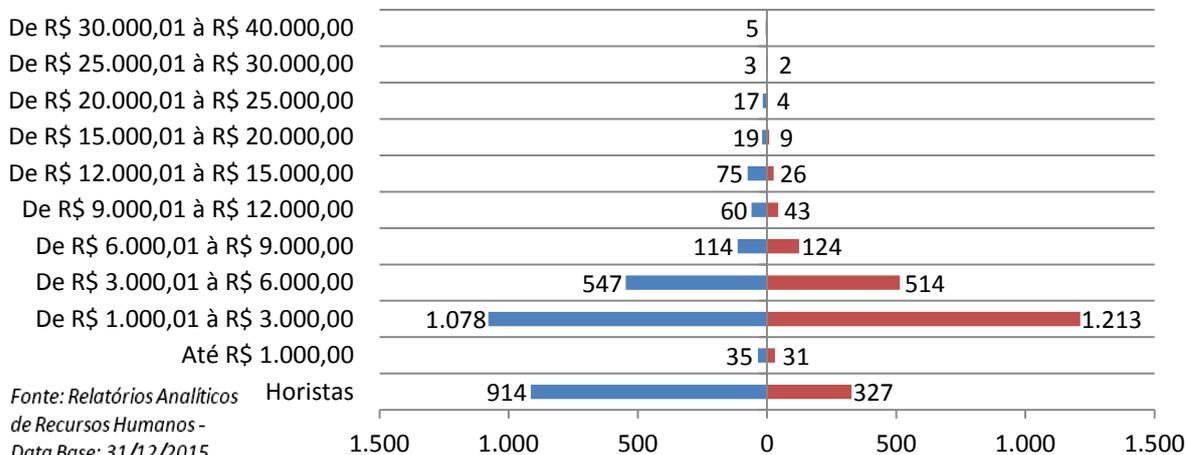


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Recursos Humanos (CLT) nas OS's de Cultura - 2015

Total de celetistas: 5.160

■ Homens - 2.867 ■ Mulheres - 2.293



Os dados apresentados demonstram que:

- Dos 5.160 funcionários celetistas das 20 organizações sociais parceiras da SEC, 3.919 atuam em regime de dedicação regular (em média 44 horas semanais) e 1.241 são remunerados por hora trabalhada (horistas).
- Dos 5.160 funcionários a grande maioria (2.357 = 45,7%) ganha até R\$ 3 mil. Considerando os horistas, o percentual sobe para 69,7%.
- 1.061 funcionários ganham acima de R\$ 3 mil e até R\$ 6 mil, o que equivale a 20,6% do total geral ou 27,1%, excluídos os horistas.
- 66 funcionários ganham até R\$ 1 mil por mês.
- Há mais homens (55,6%) que mulheres (44,4%) no conjunto dos contratos de gestão, quando computados os horistas, porém quando descontados, a diferença diminui e a proporção se inverte (49,8% homens e 50,2% mulheres).
- Nos salários até R\$ 9 mil, há relativo equilíbrio entre o total de homens (1.774) e o de mulheres (1.882) que recebem essa remuneração, sem contar os horistas (pois não é possível avaliar a proporção real de remuneração entre os sexos, visto que o total de horas de cada funcionário pode variar devido a inúmeros fatores).
- 179 homens e 84 mulheres recebem salários acima de R\$ 9 mil reais. O número de homens que ocupa os cargos mais bem remunerados é mais que o dobro do de mulheres.
- Nas três faixas de remuneração mais altas, há 24 homens e apenas 7 mulheres, sendo que nenhuma delas aparece dentre aqueles que recebem a maior faixa salarial (5 homens).

Tais dados indicam que, embora o número de homens e mulheres seja relativamente proporcional, a proporcionalidade no que se refere às faixas salariais só se mantém nos patamares de remuneração mais baixos, onde há, também, a maior concentração de pessoal.

Uma vez que tais informações referem-se à média do conjunto de 27 contratos de gestão, é importante que cada OS avalie sua distribuição salarial entre as diferentes faixas que pratica, de acordo com seu manual de recursos humanos e seu plano de cargos e salários (sendo que as faixas aqui estabelecidas são apenas para fins de agrupamento e comparação). Destacamos que esse estudo está apenas no início e que, nos próximos anos, a Unidade de Monitoramento buscará verificar com mais precisão a adequada aplicação desses manuais e planos, a bem do interesse público. A área cultural é o lócus por excelência da diversidade e, nesse sentido, precisa assumir posição exemplar no combate às desigualdades de quaisquer espécies, sejam elas associadas a gênero, etnia ou à existência de deficiências.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

As questões de gênero aqui assinaladas objetivam lembrar que são vários os aspectos a serem considerados, quando se fala em remuneração de pessoal. As OSs de Cultura também têm um papel no esforço social e coletivo de se assegurar a distribuição de cargos e remunerações de forma equitativa, que leve em conta o mérito, sem prejudicar – por força de preconceito e outros estigmas – a diversidade que é tão necessária à qualidade da gestão quanto à construção de uma sociedade mais justa. Nesse cenário, é fundamental garantir que homens e mulheres nas mesmas posições percebam a mesma remuneração e ter mecanismos que viabilizem o acesso a quaisquer postos para homens e mulheres de forma equivalente.

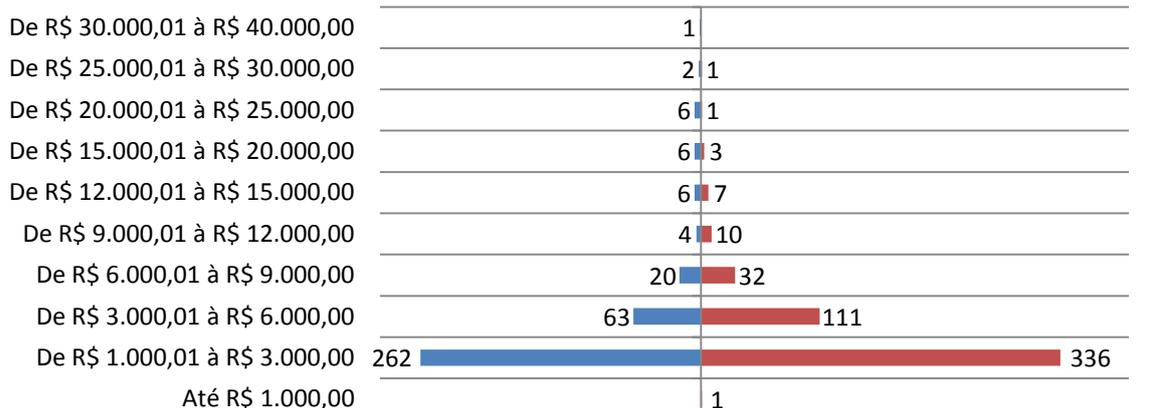
Finalizando esse assunto, embora não se trate de funções remuneradas, é útil destacar que a questão de gênero também é presente e deve ser considerada na composição dos conselhos de administração das entidades. Do total de 265 conselheiros, 201 ou 76% são homens e apenas 64 são mulheres, ou 24%. Mais uma vez, embora constituam presença expressiva na forma de trabalho da área cultural, quando se trata de ocupação dos principais cargos decisórios (remunerados ou não), a presença feminina diminui radicalmente.

Os próximos quadros indicam a posição do conjunto de parcerias da área fim e do próprio contrato de gestão em relação à distribuição de seus recursos humanos em 2015.

Recursos Humanos (CLT) Museus - 2015

Total de celetistas: 872

■ Homens - 370 ■ Mulheres - 502



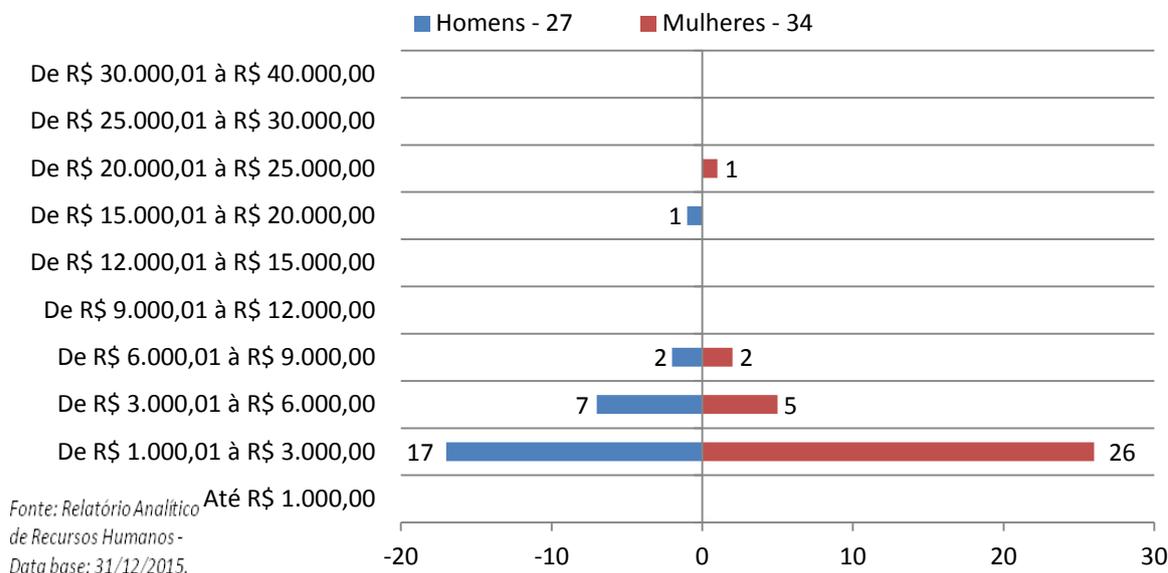
Fonte: Relatórios Analíticos de Recursos Humanos -



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Recursos Humanos (CLT) CG 04/2012 - 2015

Total de celetistas: 61



Vemos, pelos gráficos apresentados, que, no caso da área de museus, 69% dos funcionários das OSs ganham até R\$ 3 mil e 20% ganham acima de R\$ 3 mil até R\$ 6 mil. Há uma predominância de mulheres em seis das dez faixas salariais, o que se reflete no total de celetistas (dos quais 57% são mulheres). No entanto, essa proporção se inverte nas quatro faixas de maior remuneração (15 homens para 5 mulheres). Apenas 2 mulheres ganham acima de R\$ 20 mil. Dentre os homens, são 9.

Por sua vez, o quadro de pessoal deste contrato de gestão representou, em 2015, 1,2% do total de recursos humanos empregados pelo conjunto de parcerias firmadas com organizações sociais e 7% dos recursos humanos da área de Museus. No CG 04/2012, 44% são homens e 56% são mulheres. Já a distribuição salarial, concentra 70% do pessoal em salários até R\$3.000 e 3% ganham acima de R\$15.000.

Com relação aos valores de remuneração, a amostragem verificada por meio das pesquisas de mercado realizadas pelas OSs, nos termos da Lei 846/1998, e complementadas por verificações feitas pela própria Unidade de Monitoramento, indicou compatibilidade e adequação parcial ao mercado, conforme se pode verificar no quadro a seguir:

Nome do cargo ou na OS	Salário da OS	Pesquisa Wiabiliza				Salariômetro	
		Mínimo	Médio	Máximo	Cargo Similar Pesquisado	Salário médio inicial	Cargo Similar Pesquisado
Diretor Executivo*	25.709	22.206	26.455	36.757	Diretor Executivo	19.178	Diretor executivo de instituições culturais
Diretor Adm/Financeiro	20.128	15.825	21.084	33.082	Diretor Adm/Financeiro	17.172	Diretor adm/financeiro
Diretor Oper. e Infraestrutura*	20.128	16.327	19.820	23.595	Diretor Técnico/Artístico/Cultural	16.852	Diretor técnico (P&D)
Diretor Técnico (MLP)	18.759	16.327	19.820	23.595	Diretor Técnico/Artístico/Cultural	16.852	Diretor técnico (P&D)
Coordenador Núcleo Gestão RH	9.368	7.291	8.320	9.590	Coordenador/Sup RH/Depto Pessoal	7.527	Coordenador de RH
Coord de Núcleo Ação Educativa	8.139	6.652	9.419	12.738	Coordenador/Sup. ProgrEducativa	2.762	Coordenador de ensino
Coord. Núcleo de Pesquisa, Doc e Expo	8.139	6.963	8.700	11.448	Coordenador/Sup. Proj. Cult./Eventos	10.451	Gerente planej. e novos projetos
Coordenador Núcleo Gestão Adm Financ.	8.139	6.833	7.641	8.504	Coordenador/Sup. Administrativo	4.621	Gerente adm. e financeiro



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Coord. Núcleo Gestão Eventos	7.980	6.963	8.700	11.448	Coordenador/Supervisor de Projetos Culturais/Eventos	10.451	Gerente de planejamento e novos projetos
Analista Administrativo	4.478	4.189	4.691	5.197	Analista Administrativo Sr	4.287	Analista administrativo
Ass.Coord. Núcleo Educativo	3.720	1.372	1.693	2.553	Assistente Educacional	2.762	Auxiliar de coord. escolar
Assistente de Diretoria	3.688	4.088	4.902	6.466	Assistente de Diretoria	2.493	Assistente de diretoria

Fontes: Pesquisa Wiabiliza Soluções Empresariais, contratada por 31 instituições culturais, das quais 16 são OSs; Portal: Salariômetro – www.salarios.org.br, consultado durante o mês de maio/2016.*Alocado no CG 05/2011

Destacamos que foi identificada compatibilidade na maioria dos salários da amostra em relação à pesquisa de mercado efetuada, tendo em vista que os mesmos estão entre os valores médios ou mínimos da pesquisa de mercado feita pelas organizações sociais. Não foram considerados compatíveis os salários acima dos salários médios indicados na mesma pesquisa, cabendo à Os apresentar esclarecimentos ou outras fontes a respeito.

Vale destacar que vários dos cargos indicados são ocupados por profissionais que atuam tanto neste contrato de gestão como em outro contrato de gestão também gerido pela mesma organização social. A remuneração nesses casos é única (cada empregado recebe apenas um salário da OS, salvo nos casos devidamente registrados e legalizados em que há o cumprimento de funções complementares e regidas por sindicatos trabalhistas diferentes, como por exemplo: músico e professor de música), mas a OS tem a possibilidade de optar por alocar os funcionários que atuam em mais de um contrato em ambos (com rateio) ou em um deles apenas. Para não distorcer a análise e considerando que a situação de gestão de mais de um contrato pode ser conjuntural, sendo que todos os contratos de gestão demandam ter os profissionais necessários ao seu cumprimento, optamos por fazer menção a esse fato (que configura economia, via otimização de recursos, em diversos casos, como neste), porém citar todos os cargos mais bem remunerados que exerçam atuação no contrato de gestão, mesmo que exerçam função remunerada apenas por outro contrato. Vale notar que, no caso da OS ID Brasil, além das diretorias executiva, administrativa financeira e de operações que atendem aos dois contratos de gestão geridos pela OS (Museu do Futebol e Museu da Língua Portuguesa) há uma diretoria técnica em cada museu, constituindo uma das mais expressivas somas para remuneração de dirigentes dentre todas as OSs parceiras da SEC. Ante esse quadro, e dado o cenário de crise, é importante que OS e Unidade Gestora avaliem as melhores estratégias para assegurar o máximo cumprimento finalístico dos contratos de gestão a partir dos recursos disponíveis, ampliando a obtenção de recursos de outras fontes, para fazer frente às despesas existentes e operando eventuais ajustes, para garantir a máxima otimização e aproveitamento dos recursos, sem colocar em risco as ações de preservação, pesquisa e comunicação museológica desenvolvidas.

Outro ponto a observar, e que será objeto de maior atenção da Unidade de Monitoramento nas próximas verificações anuais, diz respeito à existência de remunerações diferentes para profissionais que ocupam o mesmo cargo. É importante que toda OS atue rigorosamente de acordo com seu plano de cargos e salários, e zele pela isonomia salarial, mantendo todos os registros que comprovem eventuais diferenças salariais (que podem ser justificáveis quando se trata de pessoas contratadas em exercícios diferentes por salários que não se alteram de um ano para outro no plano, porém podem ser modificados em função de dissídios salariais).

Cabe ainda registrar que esse é o primeiro estudo do gênero feito pela Unidade de Monitoramento, e que a obrigação legal de realização de pesquisa salarial é das organizações sociais, cabendo a elas a apresentação de justificativas consistentes e devidamente embasadas para variações encontradas para além dos máximos aqui apresentados, ou indicativo das providências para corrigir as distorções encontradas que não sejam passíveis da devida explicação e defesa.

SOLICITAÇÕES: Que a OS se manifeste a respeito no próximo relatório trimestral.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

3. Economicidade em relação à execução do objeto contratual pela Administração

Ante os dados apresentados e no intuito de verificar a economicidade do contrato de gestão em relação à execução do objeto contratual diretamente pela Administração, buscamos responder a duas perguntas: É viável realizar diretamente pela SEC o objeto contratual com os patamares de resultados registrados (atividades culturais; públicos; cumprimento de rotinas de preservação do patrimônio e das edificações e das obrigações legais e administrativas)? Sendo viável, seria mais vantajosa, equivalente ou menos vantajosa essa realização pela Administração Direta?

Como há muitas variáveis complexas a examinar – e tempo e recursos humanos e materiais exíguos – optamos por examinar as questões considerando um grupo principal de despesas, que é justamente aquele que representa a maior parcela de recursos financeiros alocados no contrato de gestão: a saber, a remuneração de recursos humanos.

Para cogitar a possibilidade de realização pela SEC é preciso, antes de mais nada, verificar se ela teria condições de assumir diretamente as responsabilidades atualmente compartilhadas por meio da parceria.

No caso da força de trabalho, é fundamental que o Estado disponha de quadros ou de condições para contratá-los. O quadro abaixo apresenta as conclusões da análise efetuada:

Questão	Resposta
Há disponibilidade de recursos humanos na Pasta da Cultura para executar o objeto do contrato de gestão a contento?	Não. O quadro da SEC é composto (em dados de 31/12/2015) de 259 servidores (dos quais 12 são remunerados pelos órgãos dos quais foram cedidos e 2 estavam afastados sem vencimentos em dez/2015), todos alocados em ações técnicas e administrativas da própria Secretaria. Desde 1993, conforme se verifica no Portal da Transparência do Estado, esse quadro não sofre alterações significativas e vem diminuindo paulatinamente ano a ano.
Há possibilidade de contratação de recursos humanos imediatamente ou no curto prazo para executar o objeto do contrato de gestão a contento?	Não, pois não existem cargos comissionados disponíveis e o ingresso de servidores no Estado somente se dá mediante concursos ou cargo em comissão. Os primeiros estão suspensos por causa da atual crise econômica e os segundos, ocupados ou congelados, pela mesma razão.
Há possibilidade de contratação de recursos humanos no médio ou longo prazo para executar o objeto do contrato de gestão a contento?	A realização de concursos depende de autorização governamental, assim como a criação de novos cargos comissionados. Se fosse apenas essa a necessidade, a resposta poderia ser sim ou não, estando fora da alçada única e exclusiva da Pasta. Porém, seria necessário alterar a legislação, para não ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita os gastos com pessoal no Estado, destacando que SP já se encontra no limite prudencial em relação a tais gastos. Ante o contexto de defesa do Estado gerencial, da eficiência administrativa e da contenção de gastos estatais, que tem marcado a Administração brasileira desde os anos 1990, e que se intensificou no atual período de crise, tal mudança se configura bastante improvável. No mínimo, é possível afirmar com consistência que não há nenhuma iniciativa legislativa nessa direção hoje. Assim sendo, a resposta é não .

As três negativas acima indicam que seria inviável no curto e médio prazo, e possivelmente também no longo prazo, a viabilização de pessoal por parte da Administração para a execução direta do objeto contratual. Sem essa possibilidade, toda a perspectiva da execução direta torna-se igualmente **inviável**, a não ser que se configure um amplo e novo cenário de reforma administrativa e legal.

À parte a inviabilidade constatada, nos perguntamos – caso houvesse condição de execução direta dos objetos contratuais pelo Estado – se ela seria mais vantajosa, equivalente ou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

menos vantajosa do que o que o modelo de gestão em parceria com OS, do ponto de vista estritamente econômico-financeiro.

Para verificar essa hipótese, novamente recorreremos ao maior grupo de despesas do contrato de gestão: os recursos humanos, considerando que a opção mais vantajosa nessa rubrica orçamentária trará o mais expressivo impacto econômico e financeiro, na medida em que ela representou, em média, 60% dos recursos alocados nas parcerias entre 2004 e 2014 e 79% em 2015 (sendo a elevação desse percentual ocasionada pelos expressivos cortes de verbas estaduais para os repasses aos contratos de gestão em virtude da crise econômica, lembrando que essa rubrica orçamentária inclui não só as despesas com salários, encargos e benefícios, como também as despesas rescisórias dos recursos humanos demitidos por força dos cortes).

Analisando o quadro de servidores da SEC fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos da Pasta e cujos dados constam do Portal da Transparência do Estado, verificamos que o desembolso da SEC em dezembro equivaleu a R\$ 1.231.436, e a média salarial nominal mensal considerando os 245 servidores públicos da Cultura entre concursados e comissionados remunerados pela Pasta em 31/12/2015 foi de R\$ 5.026.

Por sua vez, a prestação de contas da Organização Social permitiu verificar, a partir da planilha analítica com nomes, cargos e salários, que a OS utilizou, no mês 12, R\$ 184.451, para a remuneração de seus 61 empregados, cuja média salarial nominal em 31/12/2015 foi de R\$ 3.024.

Considerando o custeio de recursos humanos, vemos que, do ponto de vista econômico e financeiro, o modelo OS é mais vantajoso que a execução do objeto contratual pela Administração Direta. Essa afirmação se torna ainda mais consistente quando se observa que o modelo OS na Cultura, ao utilizar uma forma preponderante (quase exclusiva) de contratação de pessoal, que é a CLT, equipara todos os seus colaboradores em termos de direitos trabalhistas, benefícios e encargos. No caso do Estado, a possibilidade de contar com servidores efetivos (que contam com estabilidade e aposentadoria especial) e servidores comissionados (sem nenhum vínculo, suscetíveis de demissão sem justa causa sem quaisquer benefícios ou garantias e sem aposentadoria especial) cria um fator de desequilíbrio da equidade entre os empregados.

Para além da remuneração de pessoal, outros fatores evidenciam que o modelo OS é mais vantajoso e apresenta maior economicidade que a execução pela Administração Direta, como o fato de que o Estado não teria condições de receber doações a título de patrocínio para o objeto contratual ou de assegurar que os recursos obtidos por meio de captação operacional fossem alocados em sua manutenção e funcionamento, o que acarretaria prejuízos às ações culturais realizadas e, por conseguinte, ao seu público beneficiário.

A maior flexibilidade do modelo OS para a estruturação de parcerias visando a execução de projetos; a gestão baseada em finalidade não lucrativa; e o estabelecimento de vínculo com o Poder Público baseado no cumprimento de metas e no alcance de resultados também são importantes vantagens do modelo, ao permitir, ao mesmo tempo, a necessária agilidade operacional e administrativa na gestão das atividades e o controle finalístico pelo Estado. Por fim, a agilidade e eficiência nos processos de compras e contratações de serviços, seguindo regulamentos próprios e por meio de processos amplamente fiscalizados e obrigados à transparência são também pontos bastante importantes, e cujos resultados podem ser aferidos em visitas *in loco* aos locais de realização dos objetos contratuais e constatados nas pesquisas de satisfação do público com os serviços culturais oferecidos.

4. Conclusão

De acordo com os dados analisados, registramos que a execução contratual atingiu quantitativamente a grande maioria dos resultados previstos, correspondendo à execução orçamentária, que, por sua vez, representou 99% do planejamento orçamentário para o exercício. Desse modo, informamos que, na avaliação da Unidade de Monitoramento, a prestação de contas da OS ID BRASIL referente à execução do contrato de gestão 04/2012 – Museu da Língua Portuguesa no exercício de 2015 foi considerada **regular** (vide quadro anexo de pontuação dos resultados), não tendo chegado a nosso conhecimento nenhuma informação em contrário, ressaltando que a veracidade das informações prestadas é responsabilidade da Organização Social



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

e que a comprovação dos resultados e a análise técnica e qualitativa das realizações são de competência da Unidade Gestora.

Registre-se que a avaliação da Unidade Gestora quanto à prestação de contas apresentada foi pela aprovação, cabendo a ela acompanhar e atestar a qualidade e a efetividade dos resultados apresentados e verificar a necessidade de adequações nos próximos planos de trabalho.

Cabe reiterar ainda a excepcionalidade do desastre que atingiu o objeto desse contrato de gestão no final do ano passado. Conforme consta do relatório da Organização Social, a sede do Museu da Língua Portuguesa, no dia 21 de dezembro de 2015, foi vitimada por um incêndio de grandes proporções. Para a OS, “apesar do ocorrido, o ano de 2016 o ano relatado foi extremamente produtivo para o Museu. Ainda que as perdas decorrentes do incêndio tenham sido de grande vulto, vale salientar que devido à tipologia da instituição não foram perdidas obras originais ou objetos com valor museológico, tanto na mostra de longa duração como nas mostras temporárias em exibição à época; o acervo digital foi preservado, possibilitando assim a continuidade do Museu”. Por sua vez, segundo a Unidade Gestora, o “Museu da Língua Portuguesa, que também não obteve o AVCB por estar em situação de condomínio com a Estação da Luz, no dia 21/12/2015 foi vitimado por um incêndio de grandes proporções. Mas, tanto o Museu da Língua Portuguesa, como os demais equipamentos museológicos possuem seguros contra incêndios, responsabilidade civil e outras coberturas contratados, em valores compatíveis com as edificações”. Observados esses registros, cabe reforçar a recomendação pela conclusão rigorosa e célere das investigações, com divulgação dos resultados à população e ao Governo do Estado, indicando as providências tomadas, tanto em caso de apuração de eventuais responsabilidades, quanto para a recuperação do patrimônio cultural destruído, bem como incorporação dos devidos documentos correlatos aos autos contratuais. Também é importante salientar a necessidade de acompanhamento próximo, por parte da Unidade Gestora, das providências associadas ao convênio e ao projeto de recuperação da Estação da Luz e do Museu da Língua Portuguesa, cujas diretrizes formuladas pela SEC deverão constar de documentação do processo.

Por fim, registre-se preocupação relacionada à tendência de redução de aportes do Estado para todos os contratos de gestão, ainda sob a influência do cenário de grave crise econômica nacional. Unidade Gestora e OS deverão estar atentas às readequações necessárias, para garantir a continuidade do contrato de gestão da melhor maneira possível, ante a excepcionalidade verificada e a conjuntura nacional, inclusive por meio da busca de novas parcerias, fontes adicionais de recursos financeiros e materiais e revisão de contratos com fornecedores e prestadores de serviços.

São Paulo, 13 de maio de 2016.

Claudinéli Moreira Ramos
Coordenadora da Unidade de Monitoramento





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

EQUIPE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Análises técnicas, levantamento de séries históricas, sistematização e comparação de dados, pesquisa salarial, visitas in loco, elaboração dos pareceres anuais de monitoramento e avaliação

Coordenação: Claudinéli Moreira Ramos

Diretoria de Avaliação: Marianna Percínio Moreira Bomfim (diretora)
Ricardo Kazuo Ysimine, Carlos Curto Rodrigues Pato

Diretoria de Monitoramento e Normas: Vanderli Assunção Ferrarezi (diretora)
Regiane Souza Lúcio

Núcleo Apoio Administrativo: Danielle Lima da Silva (diretora)

Assessoria Técnica: Liliana Sousa e Silva, Gabriela Toledo Silva, Eduardo Baider Stefani

Estagiári@s: Larissa Rodrigues Ribeiro, Valter Lima Gentini

Contatos: monitoramento.cultura@sp.gov.br

São Paulo, Secretaria da Cultura, Maio/2016.